

ACTA N.º 7

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 02 de Setembro de 2002.

Aos dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dois reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença de todos os seus membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Maria Graciete A. Costa de Brito, Paulo Francisco Espirito Santo, Maria Felicia Prudêncio Gameiro, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Manuel Luís Cruz Bárbara, Anabela Leal Agostinho da Silva, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, em substituição de Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, António Jesus Milheiriço, em substituição de Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Luís José Coutinho Cristóvão em substituição de Teresa Isabel Claudino de Freitas, Marta Maria Alcobio Cravo Ferreira Jorge, em substituição de Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Vitória Maria L. F. Brito, em substituição de Carlos Jorge Duarte Pereira, Sérgio Augusto Ferreira Mendes em substituição de António da Conceição Moreira.

Ausentes os eleitos Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, por ter pedido suspensão do mandato, por duzentos e quarenta dias, a partir de dois do mês em curso, Carlos Jorge Duarte Pereira, por ter pedido a suspensão do mandato, por quinze dias, a partir de dois de Setembro do ano em curso, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, por ter pedido a suspensão do mandato por trinta dias, a partir de vinte e dois de Agosto do ano em curso e Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, por ter pedido suspensão do mandato, a partir de vinte seis de Agosto de dois mil e dois e Teresa Isabel Claudino de Freitas por ter pedido a suspensão do mandato por cento e vinte dias, a partir de vinte e dois de Maio do ano em curso.

Constituída a Mesa, pela sua Presidente, Vera Lúcia Santos Noronha, e pelas Secretárias Maria Leonor Tendeiro Ribeiro e Marta Maria Alcobio Cravo Ferreira Jorge, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor

Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

Ponto dois – Adenda à tabela de preços da Piscina Municipal Exterior;

Ponto três – Tabela de preços de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça;

Ponto quatro – Proposta de venda de material de natação na Piscina Municipal de Alpiarça;

Ponto cinco – Proposta – Disponibilização gratuita de frequência das Piscinas Municipais aos utentes das diversas valências da Fundação José Relvas;

Ponto seis – Proposta - Ligação do site da Biblioteca da Câmara Municipal de Alpiarça ao portal das livrarias da UNESCO;

Ponto sete – Proposta de Regulamento de cedência e utilização da Nave Desportiva de Alpiarça;

Ponto oito – Proposta de alteração ao Regulamento de cedência do Estádio Municipal Dr. Raúl José das Neves;

Ponto nove – Proposta de alteração ao PDM de Alpiarça – Art.º 17.º.

Foi posta à aprovação a acta número cinco, respeitante à sessão ordinária de dezassete de Junho de dois mil e dois.

A acta foi aprovada por maioria com dez votos a favor e seis abstenções.

O eleito Manuel Luís Bárbara fez declaração de voto dizendo abster-se por não ter estado presente na última reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa deu início a este período, convidando os autarcas a apresentarem as suas moções ou outros documentos à mesa.

O eleito Manuel Luís Bárbara apresentou recomendação sobre a estação de tratamento de águas residuais do Frade de Baixo e proposta sobre a organização de assembleia de utentes de cuidados de saúde.

O eleito Ricardo Hipólito apresentou as seguintes questões: sobre taxas das piscinas municipais e sobre os reflexos que as mesmas têm sobre os utilizadores. Considerou que se tem verificado que os preços são elevados

comparativamente com outros referidos no estudo publicado no Jornal “O Ribatejo”. Pede a reflexão da Câmara Municipal para essas tabelas e que sejam criados mecanismos que os tornem menos onerosos para os utilizadores.

O eleito Paulo Espírito Santo solicitou que lhe seja facultada a frequência média de utilizadores da piscina.

O eleito Vasco d’ Aguiar chamou a atenção para o facto de as mesas colocadas na sala da Assembleia não chegarem para todos os eleitos.

Referiu que recebeu correspondência da Presidente da Mesa sobre consulta de documentos em sede própria. Manifestou estranheza sobre a impossibilidade de serem facultadas de cópias de documentos pela Câmara Municipal, tendo a Presidente da Mesa esclarecido que solicitou informação sobre o assunto à Associação Nacional de Municípios Portugueses e o parecer jurídico da Câmara.

O eleito Vasco d’Aguiar fez “reparo” ao repórter do jornal “O Mirante”. Questionou a Câmara Municipal sobre pagamentos feitos desde mil novecentos e noventa e sete aos jornais Vale do Tejo, Mirante e Terra Branca e questionou também sobre os contratos de publicidade da J. C. Decaux. Pediu as licenças sobre publicidade de touradas e questionou se não há ocupação da via pública pela construção do prédio da Rua Comandante Fontoura da Costa, bem como, que sejam verificadas datas das licenças para essa ocupação pela referida construção. Colocou também questões sobre o parque subterrâneo e arranjos exteriores. Pediu que lhe seja facultada a correspondência trocada com a empresa sobre incumprimento do prazo desta obra e pretendeu saber que pagamentos foram efectuados e que implicações tem o aumento da taxa do IVA sobre o não cumprimento de prazos. Sobre os títulos que foram retirados da Biblioteca Municipal, lamentou que o Independente e a Bola tenham deixado de ser comprados. Informou que pediu o jornal “Público”, e que o mesmo não estava disponível por se encontrar na Câmara Municipal. Também questionou sobre as alterações do PDM e se há resposta negativa aos pedidos de alteração que foram feitos.

O eleito Paulo Espírito Santo informou que existem precedentes sobre consulta de documentos e que há anos também lhe foi respondido que os documentos podiam ser consultados na Câmara Municipal. Considerou natural que os

documentos estejam à disposição de quem os quer consultar. Disse que considerava a insinuação sobre o jornal “O Mirante” grave, pelo facto de se considerar que o executivo anda a fazer “cambalacho” com os jornais e, por outro lado, por se insinuar que o jornal os aceita, por isso não poder deixar passar em branco esta situação. Entende que foram tecidas considerações que são apenas presunções e não afirmações.

O eleito Manuel Luís Bárbara referiu que também ficou entristecido com a insinuação sobre o jornal o Mirante.

A Presidente da Mesa colocou à discussão a proposta do eleito Manuel Luís Bárbara sobre um encontro distrital de utentes nomeados pelas Assembleias Municipais.

O eleito Ricardo Hipólito quis saber que custos terá este encontro para os órgãos autárquicos.

Posta a proposta à votação foi aprovada por maioria com onze votos a favor e cinco abstenções.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por agradecer as recomendação sobre a ETAR. Referiu que desde sempre tem solicitado que as condições técnicas fossem consideradas para um melhor funcionamento e cumprimento das exigências legais;

Sobre as taxas das piscinas informou que o maior índice de frequência é de cidadãos fora do concelho;

Relativamente à publicidade do Partido Comunista, referiu que nunca foi considerada a questão do pagamento, mas a ausência de qualquer pedido de licenciamento;

Sobre pagamentos à empresa construtora, informou que os mesmos se regem pelas regras do QCA, resultando os mesmos dos autos e dos circuitos de facturação.

Sobre alterações do PDM remeteu para o ponto nove de Ordem de Trabalhos.

Sobre a insinuação de ligações à imprensa referiu que há regras de boa educação que se aprendem na família e depois nos bancos da escola;

A Presidente da Mesa interveio para informar sobre correspondência expedida no período não referido no documento entregue. Disse que entregou ao grupo de trabalho sobre o Regimento ofício da Assembleia Municipal.

Sobre a Revisão de lei quadro da Assembleia Municipal, propôs que seja auxiliada pelos eleitos Sónia Sanfona e Leonor Ribeiro para alguma breve revisão.

Informou que as senhas de presença estão processadas.

Sobre a Comissão de Toponímia considerou que não faz sentido que se mantenha tal como está, pelo que propôs alteração na respectiva composição da parte do PS, com os seguintes elementos: Paulo Espírito Santo, Graciete Brito, Presidente da Junta de Freguesia, Leonor Ribeiro e dois eleitos da CDU. O eleito Vasco d' Aguiar questionou se as alterações propostas têm a ver com a operacionalidade da referida Comissão.

Foi esclarecido pelo eleito Paulo Espírito Santo que a pessoa que coordenava Comissão nunca convocou qualquer reunião. Foi transmitido trabalho da Comissão anterior, mas nunca existiu Comissão em termos operacionais, apesar de existir muito trabalho por realizar.

O eleito Vasco d' Aguiar solicitou a possibilidade de indicar nomes mais tarde e questionou se estes têm de ser membros da Assembleia.

Esta proposta foi posta à votação e aprovada por unanimidade.

O eleito Vasco d' Aguiar fez declaração de voto, dizendo que não está de acordo com a substituição, mas que se deveria solicitar à anterior Comissão os motivos de não ter havido trabalho realizado. Assim, o seu voto refere-se apenas à relação de elementos por bancada.

O eleito Paulo Espírito Santo pediu a sua demissão imediata dessa Comissão.

De seguida, propõe que seja adendado à proposta que a Comissão seja constituída, exclusivamente, por elementos desta Assembleia.

Esta proposta foi posta à votação e aprovada por maioria, com onze votos a favor e cinco votos contra.

O eleito Vasco d' Aguiar voltou a referir que não lhe foram fornecidas fotocópias já feitas. Considerou que não aceita a consideração de falta de educação. Manifestou estranheza por não ter havido uma nota no jornal e pediu à Câmara que esclareça se há ou não questões financeiras a condicionarem esta tomada de posição do jornal Mirante.

Leu alguns extractos de discursos do Presidente da Câmara que considerou não estarem a ser cumpridos.

O eleito Ricardo Hipólito pediu esclarecimentos sobre o museu etnográfico: se a conservação de peças está a ser feita e o que a Câmara pensa sobre o futuro do museu. Referiu que a bancada da CDU tem tido um tratamento diferente de qualquer cidadão, uma vez que a mesa da Assembleia levou dois meses a responder aos requerimentos efectuados.

Disse que, se a Câmara tivesse referido que para algumas situações os processos são muito volumosos poderia aceitar que não fossem cedidas as cópias, mas que considera que se trata de impedimento à mera execução do direito de fiscalização. Disse que qualquer cidadão, na relação com a administração, é melhor “tratado”.

O eleito Vasco d’ Aguiar referiu que não encontrou pedidos de licença de touradas e circo.

A eleita Sónia Sanfona esclareceu procedimentos sobre acesso à documentação e considerou que não é diferente ter acesso ao original ou ser facultada fotocópia.

Disse duvidar se a referência ao jornal Mirante é acusação ou insinuação e que, do seu ponto de vista, se está a acusar, quer o executivo camarário, quer o jornal, de terem realizado protocolo de natureza económica que põe em causa a liberdade de informação. Sendo acusação, é importante que na próxima edição do Mirante esta questão seja referida.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, que passou à Vereadora da Cultura, que respondeu sobre o museu etnográfico, partilhando preocupações sobre aquele conjunto de peças.

Informou, ainda, que vão realizar-se obras na Casa-Museu e que um dos espaços vai ser dedicado à etnografia, onde as peças devidamente organizados vão ser expostas. Disse que este ano, pela primeira vez, na Alpiagra, vai ser exibida a casa tradicional de Alpiarça com a participação dos meninos do OTL/ATL.

O eleito Ricardo Hipólito recordou que, também, na primeira Alpiagra houve um espaço a recriar a casa de Alpiarça.

Interveio o Presidente da Câmara para esclarecer que não foram efectuadas cortes alguns para requisição de livros para a Biblioteca.

Disse entender que o comportamento desta maioria é normal por isso há sete meses a população votou. Considerou ter havido vitória da tolerância, comparando o corpo funcional da Câmara com o de há uns anos atrás.

O eleito Vasco d' Aguiar voltou a referir que lhe fica a dúvida metódica e esclarece que já viu o termo protocolo aplicado, por exemplo, entre o jornal Mirante e a Câmara de Almeirim. Por isso, solicita que lhe sejam facultados os pagamentos que têm sido feitos ao jornal Mirante.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro;

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara para informar sobre a actividade do Município e para esclarecer a informação escrita.

Este ponto foi posto à discussão não tendo havido intervenções.

Ponto dois – Adenda à tabela de preços da Piscina Municipal Exterior;

Não houve intervenções.

Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto três – Tabela de preços de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça;

O Presidente da Câmara deu esclarecimentos sobre este assunto.

Não houve intervenções.

Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto quatro – Proposta de venda de material de natação na Piscina Municipal de Alpiarça;

O Presidente da Câmara deu os esclarecimentos sobre este assunto.

Não houve intervenções.

Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto cinco – Proposta – Disponibilização gratuita de frequência das Piscinas Municipais aos utentes das diversas valências da Fundação José Relvas;

O Presidente da Câmara deu esclarecimentos sobre este assunto.

O eleito Vasco d' Aguiar solicitou alargamento a todos os utentes das instituições de solidariedade do concelho.

O eleito Espírito Santo disse que o alargamento perde a virtualidade, pretendendo-se compensar a Fundação José Relvas de toda a perda de rendimento por a Câmara se ter apropriado daquela área para serviço público.

O Presidente da Câmara informou não concordar com o alargamento porque a proposta é no âmbito do sentido do testamento de José Relvas.

Posto este ponto à votação foi aprovado por maioria com onze votos a favor, três abstenções e um voto contra.

O eleito Vasco d'Aguiar fez declaração de voto no sentido de todos os idosos que gostariam de ter direito a um lugar na Fundação José Relvas e não têm, poderem ter entrada gratuita nas piscinas.

Ponto seis – Proposta – Ligação do site da Biblioteca da Câmara Municipal de Alpiarça ao portal das livrarias da UNESCO;

A Presidente da Mesa considerou que devemos estar envaidecidos pelo trabalho destes funcionários da Câmara Municipal, no âmbito deste processo.

O Presidente da Câmara informou que o reconhecimento público já foi feito em anteriores situações.

A Vereadora Vanda Nunes referiu que é uma equipa a elogiar.

Posto este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto sete – Proposta de Regulamento de cedência e utilização da Nave Desportiva de Alpiarça;

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto oito – Proposta de alteração ao Regulamento de cedência do Estádio Municipal Dr. Raúl José das Neves;

Posto este ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto nove – Proposta de alteração ao PDM de Alpiarça – Art.º 17.º .

O Presidente da Câmara deu os esclarecimentos devidos.

A eleita Sónia Sanfona felicitou o Vereador Ferreirinha pela proposta apresentada. Considerou importante que esteja em curso o plano de pormenor da Zona Industrial, bem como a abertura a indústrias da classe B e terem sido criadas as condições para que as indústrias deste cariz e dimensão sejam implantadas no nosso concelho.

O eleito Ricardo Hipólito disse não concordar com o que disse a eleita Sónia Sanfona. Disse que sai daqui sem saber nada da proposta, por não estar bem fundamentada.

O Presidente da Câmara referiu que a proposta tem matéria concreta que é a suspensão do artigo dezassete do PDM, de modo a viabilizar indústrias com altimetria superior a cinco metros e meio, indústrias de classe B, alíneas a) e b).

Colocado este ponto à votação foi aprovado por maioria, com onze votos a favor e cinco abstenções.

O eleito Vasco d' Aguiar pediu esclarecimento sobre alterações de âmbito limitado ao PDM.

O Vereador Ferreirinha deu o esclarecimento devido.

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público.

Não se registando nenhuma intervenção dos munícipes, a Presidente da Mesa pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/O.C.